

Reformas-já: os xiitas vão ter que esperar mais.

O regimento interno permanente para a Assembléia Nacional Constituinte não vai deixar nenhum dispositivo que permita alterações na atual Constituição — antes da promulgação da nova Carta — usando-se o quórum de maioria absoluta garantido à Constituinte, como querem, e estão pressionando deputados do PMDB identificados como o grupo "xiita". Foi o que assegurou o relator do regimento, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, para quem a questão da soberania não pode ser decidida "por um regimento de regras adjetivas".

Fernando Henrique Cardoso negou pressões dentro do PMDB ou da área governamental para que ele rejeite as emendas propostas por constituintes pretendendo a revogação do chamado "entulho autoritário" — a ausência das prerrogativas parlamentares e as medidas e estado de emergência. O senador garantiu que houve ponderações de que não se pode colocar no regimento uma matéria que foge a toda tradição constitucional.

Segundo o líder do PMDB, não existe nenhuma base legal que assegure à Assembléia Nacional Constituinte mudar a atual Constituição antes da promulgação de uma nova Carta e pelo quórum de maioria absoluta. "A Constituição só pode ser mudada pelo Congresso Nacional e pelo quórum de dois terços", advertiu o relator das emendas ao regimento.

Na realidade, segundo avaliação feita ontem pelo líder governista Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) ao sair de audiência com o presidente Sarney, 85% dos constituintes são favoráveis ao funcionamento da Câmara e do Senado apenas em caráter excepcional. Isto é, já estaria sendo absorvida a idéia de que as duas Casas não devem exercer atividades ordinárias no momento, para não atrapalhar o funcionamento da Constituinte.

Hoje à noite, Sant'Anna disse que se reunirá com o grupo "Pró-Soberania", para consolidar idéias. O recesso ordinário do Congresso, segundo o deputado adiantou ontem, já seria uma idéia absorvida na Câmara. Desse modo, as



Fernando Henrique

duas Casas só se reuniriam a critério das duas Mesas diretoras, que avaliariam as questões de alta relevância que deveriam ser levadas a exame da Câmara e do Senado.

O presidente Sarney está ciente dessa tendência na Constituinte, segundo afirmou Sant'Anna, argumentando, contudo, que não iria revelar os assuntos tratados na audiência com o chefe da Nação. De qualquer forma, adiantou que fez um relatório para o presidente Sarney sobre todas as conversas que teve no final de semana. Questões ligadas ao regimento da Constituinte, número de comissões, condução do referendo popular, foram alguns assuntos tratados nas reuniões das quais o deputado participou nos últimos dias, segundo informou.

Emergência

Fernando Henrique Cardoso disse que as medidas de emergência, por exemplo, sempre citadas como um constrangimento ao trabalho da Assembléia Nacional Constituinte, não serão acionadas, logo, não haverá constrangimento, porque "tem uma condição política que vai garantir que elas não valem, que não serão usadas. Nós somos maioria (PMDB e PFL) e podemos garantir isso. Além do mais, a soberania



Sant'Anna

é limitada lado a lado, o que nos garante que não haverá constrangimentos: não poderemos ser presos, por exemplo", disse o relator.

A questão da soberania, segundo Fernando Henrique Cardoso, é bem diferente do enfoque dado pelo grupo "xiita", segundo ele, quem é soberano "é o povo, que nos delegou poderes nos elegendo deputados e senadores e constituintes ao mesmo tempo, e se a Constituinte é livre e soberana é porque ela tem normas, se não seria o despotismo, o arbítrio".

A proposta de referendo popular parcial ou total sobre a nova Constituição também será um tema que o relator do regimento interno vai deixar de lado, embora não totalmente: ele pretende fazer uma recomendação à presidência da Constituinte para que o referendo seja discutido, avaliado e até mesmo aprovado por uma das nove comissões constitucionais temáticas que ele vai sugerir sejam criadas — a comissão de sistematização (ou redação). Ele entende que o referendo não é matéria regimental, mas constitucional, e, portanto, assim deve ser resolvida.

Pessoalmente favorável ao referendo, o senador Fernando Henrique Cardoso disse que está ama-

ducendo a idéia de que o referendo seja feito sobre temas — e não por toda a Constituição — que não tenham obtido a aprovação de pelo menos dois quintos da Constituinte, que seriam, então, postos para decisão popular.

A possibilidade de o cidadão poder apresentar projetos à Constituinte foi acatada pelo relator, mas com uma condicionante: terão que ser, no mínimo, de autoria de trinta ou cinquenta mil pessoas, com o número de seus respectivos títulos de eleitor e que sejam apresentados por no mínimo três entidades representativas e organizadas.

Fernando Henrique Cardoso definiu, após reunião no domingo à noite com Ulysses Guimarães, Prisco Viana, Pimenta da Veiga, Luiz Henrique (o novo líder do PMDB) e o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, que serão nove, e não mais cinco, as comissões que atuarão na Constituinte, na formulação do anteprojeto de Constituição. Cada comissão terá 63 membros (e delas não poderão participar os membros da mesa da Constituinte), enquanto a comissão de sistematização contará com 49 membros e mais os oito presidentes e os oito relatores das demais comissões.

Imprensa

A divulgação diária dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte pelo rádio e pela televisão ainda não está decidida pelo relator Fernando Henrique Cardoso, que tem em mãos 76 emendas específicas sobre o assunto, e dentre elas a que menos pede tempo quer cinco minutos em horário nobre noturno.

O relator apresentou esses dados a representantes da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão). Depois, aos repórteres, ele disse que a Abert está assustada com o que pode acontecer, mas garantiu: "O problema não é o que a Abert está pensando, mas como vou fazer para atingir o objetivo de divulgar os trabalhos da Constituinte". Ele disse ainda que se a Abert pressionar, os constituintes têm um poder bem maior de pressão.